

IMPLICAÇÕES PANDÊMICAS NA SOCIOESPACIALIDADE RESIDENCIAL BRASILEIRA

Renata da Silva Lima - Estudante de Arquitetura e Urbanismo na Universidade São

Judas Tadeu

Camila Garcia Aguilera – Professora/Orientadora na Universidade São Judas Tadeu

renatalima.0531@aluno.saojudas.br

RESUMO

O Brasil se enquadra entre os dez países mais desiguais do mundo de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE) com base em dados de 2018, apresentando o 1% mais rico da população como detentor de quase um terço da renda do país (28,3%) e em ampliação, os 10% mais abastados são detentores de 41,9% do total, evidenciando os 90% da população brasileira que tem participação na renda do país em menos de 60%. Ao ser atingido pela pandemia do COVID-19 em fevereiro de 2020, a díspar realidade foi amplificada rapidamente, atingindo os habitantes de forma desproporcional e gerando desemprego, constatando 255 milhões de empregos perdidos em 2020 de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Considerando que a maior forma de prevenção contra a doença é o isolamento domiciliar, a porcentagem de moradias insalubres em território brasileiro (24,8%) é preocupante e impulsiona desenvolvimentos de estratégias e políticas públicas de combate à precariedade habitacional em busca de um futuro mais digno para o país.

Palavras-chave: desigualdade; habitação; pandemia; saúde.

INTRODUÇÃO

A pandemia da SARS-COVID teve seu primeiro caso identificado em Wuhan – China, no dia 1º de dezembro de 2019. Apenas trinta dias depois, a Organização Mundial da

Saúde (OMS) foi alertada pelas autoridades chinesas que a doença poderia se tornar uma epidemia e os sintomas seriam tosse seca e febre, podendo avançar em graves problemas respiratórios. A globalização bem consolidada do século XXI permitiu que o vírus se espalhasse rapidamente atingindo a Europa, que em fevereiro de 2020 já havia se tornado o país mais afetado. Ao vigésimo sexto dia do mesmo mês o Brasil anunciava seu primeiro caso da doença que já havia matado cerca de 10 mil pessoas.

No final de março de 2020 o país registrava centenas de mortes e mais de 4 mil casos confirmados. Adotadas as medidas de segurança, já se falava em isolamento social, mas no recorte da classe média, pouco se pensava nas implicações do Movimento Fique em Casa. De acordo com o Censo de 2010, último realizado, apenas 52,5% das moradias do Brasil têm condições adequadas para a habitabilidade, sem contar as inúmeras margens de erro que podemos enfrentar ao investigar esses dados após onze anos passados desde tal resultado.

De acordo com Trata Brasil, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país, mais de 35 milhões (16,3%) de brasileiros não têm acesso à água tratada e quase 100 milhões (46%) não têm acesso à coleta de esgoto pela rede geral, tampouco por fossa conectada a ela. O impacto do isolamento é multiplicado em cada ponto onde a residência diverge da salubridade e da habitabilidade. Além disso, segundo dados da PNAD do trimestre de fevereiro a abril de 2021 o índice de desemprego segue o mais alto da história da pesquisa, iniciada em 2012.

Durante uma pandemia e diante da possibilidade de ficar em casa, esse espaço sofre uma mutação simbólica com a ampliação das necessidades de uso e percepções espaciais. O que antes era local de descanso, confraternizações e refúgio pode passar a se tornar também local de estudo, trabalho (ou falta dele), lazer e quaisquer outras coisas que o exterior costumava comportar.

Na área da saúde mental, de acordo com Ana Paula Guljor, psiquiatra coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (LAPS), da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o afastamento social é fator gerador de adoecimento, apagamento do “eu” e

desorganização psíquica e a habitabilidade da moradia tem um papel importante na atenuação dessas sensações e consequências.

A arquitetura residencial pós-pandêmica deve se remodelar tendo como preocupação essa realidade, utilizando estratégias para melhorar a qualidade da habitação brasileira, dentre elas as estruturais, espaciais internas, técnicas passivas e ambientais. É preciso se aproximar tanto da funcionalidade imposta pela contemporaneidade quanto da função mais rudimentar da casa: a de abrigo seguro. Atualmente, no âmbito acadêmico da arquitetura é momento de criar, estudar e estabelecer essas estratégias, utilizando-as como meios para criar um futuro de residências salubres e espacialmente plurais, que possam abrigar de forma saudável as mais diversas tarefas necessárias.

MÉTODOLOGIA

A abordagem da pesquisa será exploratória e descritiva, utilizando o método observacional, realizada por meio de levantamento de dados, bibliografia e pesquisas de campo relacionadas à arquitetura residencial contemporânea no recorte pandêmico, investigando diferentes perfis socioeconômicos e suas respectivas necessidades para atendimento da salubridade habitacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os séculos 8 e 9 originaram-se as nações Tupi e Guarani, as que mais se destacam nos 500 anos documentados de história do Brasil por terem sido as que tiveram mais contato com os colonizadores portugueses que desembarcaram no país em 1500. Essas nações fixavam seus aldeamentos nos vales dos rios navegáveis, em terras férteis e se abrigavam em ocas de diferentes formas e dimensões. Em geral eram abobadadas e circulares ou elípticas, construídas com madeira trançada e cipó e recobertas de sapé, podendo atingir incríveis 2.000m² e abrigar por volta de 100 moradores. Dada a partida colonial, os portugueses importaram suas técnicas, materiais de construção e modismos estilísticos (LEMOS, 1989, p.13), trocando ao decorrer do tempo o “saber fazer” da arquitetura vernácula indígena pela arquitetura erudita lusitana que passou a realizar uma higienização moral nos espaços residenciais, subdividindo-os e criando usos distintos para cada parcela, ainda similar ao que vemos atualmente apesar da redução frequente do

espaço habitacional trazida pelo progresso e crescimento populacional ao longo dos séculos. No Brasil colônia, após estabelecimento das classes sociais, as famílias mais abastadas residiam em seus latifúndios, enquanto o restante da população passou a compartimentar-se nas cidades. Estas, com o vertiginoso crescimento urbano dos séculos seguintes e com impulso do capitalismo, passaram a aglomerar ainda mais as classes baixas, agora nos chamados cortiços, que por falta de abastecimento sanitário, limpeza e circulação de ar, tornavam-se foco de doenças e epidemias. (LUCCHESI, 2016)

Em artigo sobre epidemias e habitação, Gonçalo Antunes investiga a possibilidade de traçar um mapa da geografia da morte para a cidade de Lisboa, quando apenas no século XIX foi atingida por 17 surtos de sobremortalidade, em grande parte devido a ausência de saneamento básico e água potável. Esse mapa evidenciaria local de residência e segmento econômico como suas principais variáveis.

Levando em consideração que é possível determinar a chance de sobrevivência de determinada parcela da população pela localidade de sua habitação, pode-se concluir que existem determinadas demandas residenciais para cada perfil socioeconômico, o que evidencia a urgência das necessidades das classes mais baixas pela remodelação do espaço, para que seja possível, assim, promover a saúde para todos em momento de crise sanitária global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do início da pesquisa, de acordo com discussões e artigos vigentes, é possível perceber que o rumo tomado pela habitação residencial no país gera insatisfação por parte das classes médias e baixas, tendo se tornado um modelo obsoleto para ajustes climáticos, funcionalidades contemporâneas e subjetividades do habitar, podendo afastar quem reside da saúde física, psíquica e mental. O modelo funciona para poucos e necessita de mais recursos pautados não apenas em salubridade, mas também em habitabilidade, levando em consideração a brusca alteração no estilo de vida trazida pela pandemia e imaginando um futuro no qual a moradia seja lar, propiciando espaços mais amplos e confortáveis que possam abrigar as mais diversas necessidades independente de classe social.

REFERÊNCIAS

1. ANTUNES, Gonçalo. *Epidemias e a geografia da morte: as cidades e a habitação*. Finisterra, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis20372>. Acesso em: 21/08/2021
2. IBGE, *Estatísticas*. IBGE, 2021. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br>. Acesso em: 22/08/2021
3. IBGE, *Censo Demográfico 2010*. IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 21/08/2021
4. IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. IBGE, 2019. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101654_informativo.pdf. Acesso em: 23/08/2021.
5. LEMOS, Carlos A. C. *História da Casa Brasileira*. Editora Contexto, 1989.
6. Live ABRASME - *Pandemia, Isolamento Social e Sofrimento Psíquico*. ABRASME, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4y-zdtdUMoo>. Acesso em 26/08/2021.
7. LUCCHESI, Bianca Melzi de Domenicis. ANPUHSP, 2016. *Quintais e cortiços insalubres na Paulicéia, uma história de condenação e resistência*. Disponível em: http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1475254551_ARQUIVO_texto2.pdf. Acesso em: 22/08/2021.
8. *Pandemia levou à perda de 255 milhões de empregos em 2020, diz OIT*. G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e->



[emprego/noticia/2021/01/25/pandemia-levou-a-perda-de-255-milhoes-de-empregos-em-2020-diz-oit.ghtml](#). Acesso em: 25/08/2021.